

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidade	22/01/2018

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

 / folhabv**FOLHA**
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

APAGÃO

Quedas de energia são registradas em Roraima

Desligamentos ocorreram no período da tarde dessa segunda-feira (21)

Por **Folha Web**

Em 21/01/2019 às 17:16



Quedas de energia são registradas em Roraima (Foto: Arquivo Folhabv)

Roraimenses voltaram a enfrentar apagões na tarde dessa segunda-feira (21). De acordo com a Roraima Energia, os desligamentos automáticos ocorreram na interligação Brasil/Venezuela causando interrupção do fornecimento ao sistema Roraima.

“A recomposição pelas termelétricas foi iniciada imediatamente. Estamos aguardando maiores informações sobre a causa do desligamento da interligação” informou por meio de nota.

Roraima é o único estado no país que não faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) e é dependente da energia venezuelana.

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Quedas-de-energia-sao-registradas-em-Roraima/48925>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidade	22/01/2018

SAÚDE PÚBLICA

Descarte de medicamentos gera impactos ambientais

Por [Ana Paula Lima](#)

Em 22/01/2019 às 00:35



Para evitar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, a melhor saída é a instalação de pontos de coletas para recebimento de resíduos (Foto: Priscilla Torres/Folha BV)

A prática é tão comum que passa despercebida ou pouco se tem consciência sobre os impactos que podem causar. O descarte de medicamentos de uso doméstico ou [veterinário](#) no lixo comum causa danos ao meio ambiente de forma gradativa. As políticas governamentais ainda estão tentando encontrar maneiras de viabilizar a diminuição desses impactos, porém, o processo só será possível com a mudança de comportamento da população.

Para evitar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, a melhor saída é a instalação de pontos de coletas para recebimento desses resíduos, que seriam encaminhados para a destinação final mais adequada. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou um estudo sobre os impactos causados com o descarte incorreto desses materiais.

Além da contaminação das águas e do solo, há a possibilidade de intoxicação acidental em pessoas que possam ter acesso aos resíduos, como catadores de materiais

recicláveis. Em um estudo de 2013 da Unicamp, estima-se que no Brasil o volume de resíduos domiciliares seja algo entre 4,1 mil e 13,8 mil toneladas por ano.

Implantada em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) define o acordo setorial, um ato de natureza firmado entre o Poder Público e fabricantes importadores, distribuidores ou comerciantes com a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A legislação prevê a criação de um conjunto de ações para viabilizar a coleta e o reaproveitamento do resíduo, seja em outro ciclo ou fazer destinação final.

Em Roraima, duas empresas estão capacitadas e regulamentadas pela Vigilância Sanitária para o recebimento e tratamento dos resíduos. A Portaria nº 222/18, regulamentada pela Anvisa, determina que todos os estabelecimentos de assistência à saúde têm por obrigatoriedade ter um Plano de Gerenciamento de Resíduos para observar as características do material e descreve como deve ser feito o tratamento ou destinação final.

Alexandrita Souto Maior, gerente do Núcleo de Ecologia Humana e Saúde Ambiental, explicou que, dependendo do que determinar o Plano de Gerenciamento, as empresas produtoras de medicamentos podem ofertar a logística reversa e serem responsáveis pelo tratamento final do resíduo, sendo assim, possibilitaria que o cliente fizesse a devolução na drogaria onde comprou do remédio. “A legislação fala que quem produz o resíduo é obrigado a dar o destino final a ele, que é a indústria”, disse.

“Isso é um instrumento que norteia o manejo desse resíduo na unidade. O papel da Vigilância Sanitária é dentro das unidades e solicitar, em todo estabelecimento que tem o alvará sanitário, se tem esse documento. Dentro da empresa tem dois alvarás: de licença ambiental e sanitária”, frisou a gerente.

Ela apontou que mesmo no início dessas ações que visam diminuir os impactos ambientais, há um avanço em Roraima com a implantação das empresas especializadas no tratamento de resíduos, assim como está tendo um aumento nas unidades de saúde sobre a destinação final dos medicamentos. “Temos uma grande quantidade de resíduos sendo tratados e cuidados, tendo documentos que norteiam com órgãos fiscalizando, isso minimiza muito o impacto ambiental”, completou.

Automedicação também é risco para saúde pública, diz fiscal sanitária

Os descartes dos medicamentos não se limitam apenas aos que já entraram no prazo de validade, mas também àqueles que acabam sobrando durante o tratamento. “O médico prescreve 20 cápsulas, a pessoa toma 15 e já está melhor, então fica a sobra. Essa sobra, o cidadão não tem um lugar onde entregar, não é uma cultura ainda”, relatou a fiscal sanitária Fátima Ribeiro.

A talidomida, uma substância utilizada em remédios para tratamento de hanseníase e lúpus, é a única com devolução obrigatória em caso de sobra, conforme destacou a fiscal. Ela explicou que o medicamento é distribuído na rede pública específica por

conta do alto risco que pode ter para a saúde pública e gerar efeitos abortivos ou deficiência em fetos.

Fátima justificou que o ideal seria a implantação de políticas públicas estaduais e municipais para esse descarte correto e também a conscientização maior da população. “É um iceberg, a parte maior já está sendo atacada e vai chegar à questão do medicamento. Mais do que o risco ao meio ambiente é a automedicação, que preocupa muito mais o farmacêutico”, apontou.

De acordo com a fiscal, a automedicação pode implicar sobra de remédios ou até expiração da validade e familiares acabarem consumindo o medicamento, causando danos à saúde pública de uma forma geral. Ela destacou que é uma questão educativa e que a expansão do conhecimento e noções sobre a temática possibilitam a mudança de hábitos futuros. (A.P.L)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Descarte-de-medicamentos-gera-impactos-ambientais/48948>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Roraima em Tempo (http://roraimaemtempo.com)	Boa Vista	Notícias Locais	22/01/2018

RORAIMA

emtempo

Denarium apresenta vetos a sete projetos de lei e envia mensagens ao Legislativo

Casa Legislativa tem 30 dias para apreciar em plenário os vetos totais e parciais feitos pelo governador

Terça-feira , 22 de Janeiro de 2019 00:22 / Atualizado em 22/01/2019 02:22



O governador de Roraima, Antonio Denarium (PSL), apresentou vetos a sete projetos de lei e enviou mensagens governamentais ao Poder Legislativo, conforme Diário Oficial do Estado (DOE). Três foram vetados totalmente e quatro parcialmente. Denarium enviou mensagens ao presidente da Assembleia Legislativa, para comunicar das decisões e apresentou justificativas.

A Casa Legislativa tem 30 dias para apreciar em plenário os vetos totais e parciais feitos pelo governador. O prazo é contado a partir do momento em que os vetos forem protocolados na Assembleia. Os vetos foram publicados no Diário do dia 17 de janeiro.

DIA DO AGRICULTOR

No dia 11 de dezembro do ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei de autoria do deputado Brito Bezerra (PP), que institui o Dia do Agricultor Familiar e a Semana Estadual da Agricultura Familiar, a serem comemorados anualmente no dia 24 de julho. O governador vetou parcialmente o projeto, alegando que novas atribuições da Secretaria de Agricultura, como prevê a proposta, devem ser tomadas por ele.

"O art. 2º, inciso V, especificamente, se encontra em desconformidade, por apresentar vício de iniciativa, na medida em que invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual. Estão se criando novas atribuições à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao determinar que a competência para a realização da Semana Estadual da Agricultura Familiar seja dessa Secretaria", justificou.

A data remete ao dia da criação da Lei da Agricultura Familiar, sancionada em julho de 2006, cuja legislação a definiu oficialmente como categoria profissional. Durante a Semana Estadual da Agricultura Familiar deverão ser promovidas ações para fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento do setor.

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

O Projeto de Lei nº 084/2018, que já havia sido sancionado pela ex-governadora Suely Campos, autoriza o Tribunal de Contas de Roraima a instituir o Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária (PIA), destinado aos servidores efetivos. Antonio Denarium esclareceu que o auxílio alimentação se trata de verba indenizatória, não integrando a remuneração dos servidores, "portando não poderá ser estendido aos servidores que aderirem ao PIA, pois passam a ser considerados servidores inativos".

No projeto, se solicita que sejam pagos 100% da parcela relativa ao Plano de Saúde dos Inativos. Entretanto, o chefe do Executivo explicou que o próprio Tribunal de Contas destina que este benefício seja destinado apenas aos ativos. Portanto, rejeitou parcialmente a proposta de lei.

PORNOGRAFIA

A proposta que trata de exposição artística ou cultural com teor pornográfico em espaço público de Roraima também teve parte refutada pelo governador. Segundo Denarium, o projeto de Jaler Renier (SD) viola os direitos fundamentais de manifestação do pensamento e de expressão intelectual e artística assegurados na Constituição Federal. Ele rejeitou totalmente o projeto.

O projeto de Renier vale para obras que contenham expressões artísticas ou culturais em fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes e vídeos que exponham explicitamente o ato sexual e a nudez humana. Estão inclusos também atos, pinturas, fotos, desenhos e textos que se caracterizem por zoofilia ou pedofilia, e ainda, que exponham crianças ou adolescentes envolvidos com consumo ou tráfico de drogas.

"Além disso, há ainda invasão de competência material conferida à União. O bem-estar social e a família não restarão desguarnecidos pela inexistência de regra como a que se pretende veicular com o Projeto em apreço, uma vez que a livre manifestação artística e cultural não constituir direito absoluto, é equalizada pela possibilidade de responsabilização judicial de seus autores por eventuais abusos e danos à integridade de crianças e adolescentes", escreveu o chefe do Executivo.

HABITAÇÕES

Denarium rejeitou totalmente a doação de lotes de terras localizados na área urbana de Boa Vista, que seriam referentes ao programa habitacional para servidores do estado.

Ele afirmou que não vê interesse público na proposta, visto que o Estado passa por grave momento financeiro e social, agravado pela crise migratória da Venezuela. O pesselista ressaltou que o interesse público é fundamental para que sejam doados bens públicos.

"A ocasião [crise], portanto, impõe medidas de racionalização do aparato estatal, contenção de despesas e maximização de resultados e, por outro lado, a abstenção de atos que possam comprometer o patrimônio público, tal como a presente proposta de alienação gratuita de bens públicos. Não visualizo na proposição a presença de interesse público devidamente fundamentado", rebateu.

O governador ressaltou que não consta estudo prévio acerca da viabilidade social e financeira dos programas habitacionais.

OUTROS PROJETOS

O projeto sobre o quadro de pessoal e o Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração do Tribunal de Contas do Estado de Roraima foi rejeitado parcialmente. A proposta que autoriza a contratação de percentual mínimo de 2% de trabalhadores idosos nos quadros funcionais das empresas privadas de Roraima foi vetado totalmente. Denarium vetou ainda o artigo do projeto que trata da instituição do Programa de Desligamento voluntário.

<http://roraimaemtempo.com/noticias-locais/denarium-apresenta-vetos-a-sete-projetos-de-lei-e-envia-mensagens-ao-legislativo,291489.jhtml>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Roraima em Tempo (https://roraimaemfoco.com)	Boa Vista	Geral	22/01/2018



TCERR PASSA A EMITIR CERTIDÃO NEGATIVA VIA INTERNET

Capa Geral Publicado em 21 de janeiro de 2019



O documento pode ser solicitado na página do TCERR - Foto: Divulgação

O Tribunal de Contas de Roraima (TCERR) passa a emitir a partir desta segunda-feira, 21, de forma totalmente online, o serviço de emissão de certidões negativas para fins de comprovação de regularidade junto à Corte de Contas. O serviço pode ser acessado de qualquer plataforma como celular, tablet, notebook ou desktop, o que garante mais comodidade ao cidadão que necessita do comprovante. Essa automatização do requerimento e, posterior, emissão e envio de certidão online evitará que o solicitante tenha que se deslocar às dependências do TCERR para solicitar e retornar para buscar a certidão pronta.

Conforme explicou a diretora de Atividades Plenárias e Cartorárias, Margareth Coimbra, por meio da certidão negativa o TCERR certifica que não há processos julgados irregulares em que conste o requerente como responsável ou responsável solidário. "Em 2018 foram emitidas 198 certidões negativas. Mas este número varia bastante, principalmente quando há nomeações de servidores em órgãos públicos, onde são

exigidas essas certidões e em ano eleitoral, os pedidos aumentam”, explica.

O documento pode ser solicitado na página do TCERR (www.tce.rr.leg.br), na área de Acesso aos Serviços, no botão – Certidão Negativa. Basta preencher o requerimento com o nome completo, CPF, escolher o serviço e mensagem de solicitação. No mesmo canal é possível validar a certidão com o código de autenticação gerado pelo sistema. Após o envio, o pedido será encaminhado ao setor competente, que ao elaborar a certidão negativa do solicitante encaminhará por e-mail. A certidão será expedida no prazo máximo de 15 dias a contar da data da solicitação.

A certidão normalmente é utilizada pelo requerente como comprovante nos processos de admissões em órgãos públicos, nos registros de candidaturas junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e ainda por gestores públicos como um dos documentos para a obtenção de empréstimos junto a entidades bancárias e recebimento de repasse junto às administrações públicas.

<https://roraimaemfoco.com/tcerr-passa-a-emitir-certidao-negativa-via-internet/>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site CBN (https://cbn.globoradio.globo.com)	Brasil	País	21/01/2018

País

Comitiva de ministros acompanha situação dos refugiados venezuelanos

A ação será a primeira do governo de Jair Bolsonaro no estado de Roraima, que vive uma grave crise. Essa e outras notícias movimentam o noticiário.



Venezuelanos caminham até Pacaraima, em Roraima. Foto: Marcelo Camargo/Ag. Brasil

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/239599/comitiva-de-ministros-acompanha-situacao-dos-refug.htm>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 (www.valor.com.br)	Brasília	Política	22/01/2018

Valor.com.br

ValorInveste

Valor RI

Cadastre-se | Login

Assine



Princípios Editoriais

Vídeos

Jornal

Home

Brasil

Política

Finanças

Empresas

Agronegócios

Internacional

Opinião

Legislação

Carreira

Cultura & Estilo

Valor Data

Contribuição do servidor pode subir com reforma da Previdência Por Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

A equipe econômica do governo quer elevar a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%. As discussões na área técnica incluem também subir a cobrança sobre os inativos. Ainda não há decisão final sobre o assunto, especialmente porque o presidente nos últimos meses demonstrou clara resistência à ideia.

Também está em estudo, confirmou ontem o presidente em exercício Hamilton Mourão, mudanças na regra de aposentadoria dos militares. Está sendo considerada a aplicação de uma tributação sobre a pensão recebida por viúvas de militares e o aumento do tempo de permanência no serviço ativo, passando de 30 anos para 35 anos. As declarações de Mourão não deixam claro se as alterações já estariam no texto que será encaminhado ao Congresso Nacional em fevereiro ou se aconteceria depois.

No caso do aumento da contribuição previdenciária dos servidores, assim que assumiu a presidência, Bolsonaro disse que não pretendia aumento da alíquota até porque considera que "está de bom tamanho". Se mudar de ideia, esse não seria o primeiro recuo como chefe de governo.

O aumento da contribuição pode ser feito por projeto de lei ou medida provisória. Ou seja, não haveria necessidade de o assunto estar na proposta da reforma da Previdência, embora faça parte desse processo. "Se sair, não vai entrar na Constituição", afirmou um técnico ao Valor.

De janeiro a novembro de 2018, o déficit da Previdência do setor público, incluindo militares, somou R\$ 83,5 bilhões com o pagamento de cerca de um milhão de aposentados e pensionistas. Hoje existem mais de 632 mil servidores ativos no governo federal. O déficit do regime geral, que paga de cerca de 30 milhões de benefícios, foi de R\$ 188,6 bilhões com o pagamento de cerca de um milhão de aposentados e pensionistas. Hoje existem mais de 632 mil servidores ativos no governo federal. O déficit do regime geral, que paga de cerca de 30 milhões de benefícios, foi de R\$ 188,6 bilhões no mesmo período.

Em 2017, o governo Temer tentou elevar a contribuição dos servidores por medida provisória, mas não teve sucesso. A medida, no Congresso, caducou. Cobraram, inclusive, que os Estados fizessem isso para aderir ao regime de recuperação fiscal.

O governo pretende encaminhar ao Congresso a proposta de reforma da Previdência Social na primeira metade de fevereiro. As linhas gerais do texto foram apresentadas ao presidente na quinta-feira, que deve avaliar a matéria durante a viagem a Davos onde participa do Fórum Mundial Econômico. A proposta ainda sofrerá alterações, a partir das orientações presidenciais.

https://www.valor.com.br/politica/6074233/contribuicao-do-servidor-pode-subir-com-reforma-da-previdencia?origem=G1&utm_source=g1.globo.com&utm_medium=referral&utm_campaign=materia